

Parecer Técnico FEAM/URA TM - CAT nº. 116/2024

Uberlândia, 26 de dezembro de 2024.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 104538229			
Processo SEI 2090.01.0032839/2024-89			
PA SLA Nº 4563/2024		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: DELTA SUCROENERGIA S.A		CNPJ: 13.537.735/0002-81	
EMPREENDIMENTO: FAZENDA SANTO INÁCIO - MAT. 22395, 22687, 22766, 107975, 107934 E 109244			
MUNICÍPIO(S): Conceição das Alagoas e Uberaba - MG		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	2	0
RESPONSÁVEL TÉCNICO: REGISTRO: ART OU EQUIVALENTE:			
MARCOS PAULO GALLI		CREA MG0000241628D	MG20243496448
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Emanueli Alexandra Prigol de Araujo - Gestora Ambiental (CAT TM)		1.364.971-0	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez - Coordenador de Análise Técnica - CAT-TM		1.191.774-7	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 104538229 (SEI)

O empreendimento Fazenda Santo Inácio - matrículas 22395, 22687, 22766, 107975, 107934 e 109244 (área total 445,4725 ha) localizado na zona rural dos municípios de Conceição das Alagoas e Uberaba, atua no ramo de atividades agrossilvipastoris tendo como atividade principal de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura - código G-01-03-1.

Em 26/11/2024, o empreendedor formalizou na URA-TM o processo de licenciamento ambiental em apreço, via apresentação de RAS - Relatório Ambiental Simplificado.

Foram apresentados os seguintes atos autorizativos para intervenção ambiental, emitidos pelo NAR Uberaba:

Nº do documento	Imóvel Matrícula (s)	Município	Tipo de Intervenção	Plano de Utilização Pretendida	Área (ha)	Validade
2100.01.0033584/2023-91	Fazenda Santo Inácio 901, 924, 6.204 e 101.591	Conceição das Alagoas	Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo	Agricultura	46,7340	10/11/2023 a 10/11/2026
2100.01.0004440/2024-15	Fazenda Santo Inácio 901, 924, 6.204 e 101.591	Conceição das Alagoas	Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo	Agricultura	48,501	03/05/2024 a 03/05/2027
2100.01.0032688/2024-30	Fazenda Santo Inácio LD Retiro 22.395, 22.687, 107.934, 107.975, 107.976, 109.243 e 109.244	Conceição das Alagoas e Uberaba	Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo	Agricultura	49,1297	30/10/2024 a 30/10/2027
2100.01.0054393/2021-78	Fazenda Santo Inácio 901, 920 e 924	Conceição das Alagoas	Corte de árvores isoladas navas vivas em meio rural	Agricultura	58,8499	14/01/2025
2100.01.0056750/2021-71	Fazenda Santo Inácio 901, 920 e 924	Conceição das Alagoas	Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo	Agricultura	31,7670	14/01/2025

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é o cultivo de culturas anuais como cana de açúcar em uma área útil de 215,4871 ha.

O solo é preparado conforme a necessidade da cultura, ou seja, são feitas análises que apontam a necessidade da aplicação de calcário e gesso agrícola para correção da acidez e adubos para balanceamento de nutrientes. O sistema de plantio adotado é o de plantio direto e convencional dependendo da cultura. São adotadas práticas conservacionistas rotação de culturas, construção de terraços manutenção de estradas com uso de barraginhas para conter águas pluvias e curvas de nível.

Os demais insumos utilizados na condução da atividade são fungicidas, herbicidas e inseticidas, utilizados obedecendo recomendação agrônômica e aplicados somente conforme necessidade apontada pelo Programa de Manejo Integrado de Pragas e Doenças – MIPED. Também é realizado controle biológico de pragas com inimigos naturais e controle mecânico, físico ou cultural para plantas invasoras.



Os insumos ficam armazenados em almoxarifados da Usina Delta Unidade Volta Grande.

A colheita de grãos é feita de forma mecanizada e a produção de cana é destinada para a Usina Delta Unidade Volta Grande e a soja é comercializada.

A mão de obra para condução das atividades é composta por 48 funcionários temporários, trabalhando em 3 turnos de 8 horas por dia durante 8 meses do ano. Não há famílias residentes no empreendimento.

Em 26/12/2024 foram solicitadas informações complementares para apresentação de relatório fotográfico, esclarecimento de dúvidas sobre uso de água, produção e destinação de efluentes sanitários, produção e destinação de resíduos sólidos domésticos e contaminados com óleos e graxas, bem como apresentação de Projeto Técnico de Recomposição de Flora.

Em 08/01/2025 foram apresentadas as informações que permitiram a análise final do RAS.

Como principais impactos inerentes às atividades mapeadas no RAS, tem-se a geração de resíduos sólidos como embalagens vazias de defensivos agrícolas e resíduos sólidos domésticos, sucatas e o efluente líquido produzido é provenientes das frentes de trabalho.

Quanto ao uso de defensivos, o armazenamento, manuseio, dosagem e armazenamento e embalagens vazias ocorrem em local específico dentro da planta industrial, onde são adotados todos os sistemas de controle ambiental. Os resíduos domésticos, caso ocorra geração, são direcionados para a Usina Delta onde são destinados junto aos resíduos gerados na empresa.

Quanto ao efluente sanitário, segundo informações complementares apresentadas, a taxa de geração é muito baixa, visto que a atividade é sazonal. Nos períodos em que há atividade o efluente sanitário gerado é encaminhado para sistema de fossa seca, conforme item 31.23.3.4 da Norma Regulamentadora NR31.

Não existe geração de outro tipo de efluente no local, pois a manutenção de máquinas e equipamentos ocorre na oficina central localizada na planta industrial.

A Reserva Legal do empreendimento está localizada em seus limites conforme documentação apresentada. Foi apresentado o CAR da referida propriedade MG-3117306-F28C.FDA2.C352.485E.BA29.14EC.D309.E1DC, com reserva legal declarada de 89,8159 ha, área não inferior aos 20% exigidos pela legislação vigente.

Para recomposição de áreas de preservação permanente foi apresentado um PTRF com objetivo de que reconstituir a flora em uma área de preservação permanente, correspondente a 4,8212 ha, com plantio de 12.053 mudas nativas típicas do cerrado da região. O projeto prevê 3 etapas, a saber: 3,4322 ha – 8580 mudas a realizar no período chuvoso do ano 2025/2026, 1,1136 ha – 2.784 mudas a realizar no período chuvoso do ano 2026/2027 e 0,2754 ha – 689 mudas a realizar no período chuvoso do ano 2027/2028. Estão previstas ações de combate à formigas e cupins, controle de plantas daninhas nas proximidades das mudas, mantendo-se o coroamento das mudas com raio de 50cm.

Importante ressaltar que não foi realizada vistoria no local, o que não permite atestar as condições reais das áreas protegidas da propriedade, portanto, este aspecto não faz parte da análise contida neste parecer. O CAR deverá ser futuramente analisado e homologado pelo órgão responsável conforme legislação em vigor.

Foi apresentado o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA nº 5624092, válido até 13/02/2025.

O engenheiro ambiental Marcos Paulo Pigalli (CREA MG0000241628D) é o responsável técnico pela elaboração do RAS, conforme ART MG20243496448.



Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fazenda Santo Inácio - matrículas 22395, 22687, 22766, 107975, 107934 e 109244" para a atividade principal de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura nos municípios de Conceição das Alagoas e Uberaba/MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL do empreendimento Fazenda Santo Inácio - matrículas 22395, 22687, 22766, 107975, 107934 e 109244

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 2090.01.0032839/2024-89**

CONDICIONANTE Nº: 1

Descrição da Condicionante:

Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.

Prazo: Durante a vigência da licença.

Frequência: Anualmente.

Prazo para protocolo: Apresentar até o dia 20º dia do mês subsequente ao vencimento da frequência de apresentação do relatório.

CONDICIONANTE Nº: 2

Descrição da Condicionante:

Apresentar relatório técnico-fotográfico, acompanhado de ART, comprovando a execução do Projeto Técnico de Recomposição da flora (PTRF) conforme projeto apresentado e conforme descrito neste parecer.

Prazo: Durante a vigência da licença.

Frequência: Anualmente, durante os três primeiros anos após cada etapa executada do PTRF.

Prazo para protocolo: Apresentar até o dia 20 do mês subsequente ao vencimento da frequência de apresentação do relatório.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Santo Inácio - matrículas 22395, 22687, 22766, 107975, 107934 e 109244

CONDICIONANTE Nº: 3

Descrição da Condicionante:

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:

1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação*; Razão Social, Endereço completo Nº processo de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

*Formas de Destinação:

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.
4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

Orientações/Recomendações:

Obs.: Fica facultada ao empreendedor a possibilidade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, uma vez que os empreendimentos agrossilvipastoris, pelo disposto no artigo 2, inciso II da DN COPAM 232/2019, são dispensados.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Resíduos Sólidos

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Outra - De acordo com a operação do empreendimento

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Semestralmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 20 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório



Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de

expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.